



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

E-MAIL

SAC

SHOPPING UOL

FOLHA DE S.PAULO | ÍNDICE GERAL



Você vai amar a sua vida com BlackBerry

[Saiba mais](#)

BlackBerry

São Paulo, sexta-feira, 14 de dezembro de 2007

FOLHA DE S.PAULO **mun**do[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ONU ameniza críticas ao governo do Sudão

Mediada pelo Brasil, proposta conciliatória a ser aprovada hoje recebe duras críticas de organizações humanitárias

Itamaraty procurou servir de "ponte" entre africanos e europeus e evitar condenar Cartum por conflito que já matou 200 mil em Darfur

MARCELO NINIO

DE GENEBRA

Pelo segundo ano seguido, as decisões tomadas no Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre Darfur (Sudão), onde um conflito étnico já matou pelo menos 200 mil pessoas, ficaram longe das metas esperadas pelas organizações humanitárias. Uma proposta conciliatória que teve a mediação do Brasil e deve ser aprovada hoje por consenso ameniza o tom crítico ao governo do Sudão, defendido pelo grupo europeu, e se aproxima do tom desejado pelos países africanos.

A decisão do Brasil de repetir a política adotada no conselho em 2006, buscando servir de "ponte" entre africanos e europeus e evitar uma condenação direta do governo sudanês, recebeu fortes críticas de grupos humanitários.

"Seria muito mais digno correr o risco de sofrer uma derrota com uma resolução dura e direta, que ajudasse a mudar alguma coisa, do que manter uma postura conciliatória para salvar o acordo", disse Julie de Rivero, da Human Rights Watch de Genebra.

Para a diplomacia brasileira, adotar uma posição de confronto com o grupo africano só aumentaria o isolamento do Sudão e o sofrimento das vítimas do conflito. Mesmo criticado, o Itamaraty preferiu manter a opinião de que é mais produtivo "engajar" que isolar.

Proposta européia

A proposta inicial européia tinha trechos bem mais fortes do que a que deve ser aprovada hoje, como o que expressava "preocupação profunda" com a situação em Darfur e o que

condenava o governo sudanês por "se negar" a implantar as recomendações do grupo criado pelo conselho em 2006 para monitorar o drástico declínio dos direitos humanos no país. Outra divisão entre o grupo europeu e o africano se deu em torno da renovação dos mandatos dos relatores especiais. O grupo europeu, buscando "maximizar" o monitoramento no país africano, queria a renovação tanto do grupo de peritos como do mandato da relatora especial para o Sudão.

No fim, foi aceita a sugestão dos diplomatas brasileiros, de que o grupo de peritos seja extinto, mas que suas recomendações sigam sendo cobradas pela relatora especial, que terá mais um ano para trabalhar.

A articulação do Itamaraty também decepcionou ativistas humanitários brasileiros presentes às sessões do Conselho. "Entendo que o Brasil busque soluções de consenso", disse Camila Lissa Asano, da organização Conectas. "Mas ao colocar o foco nos procedimentos, o governo acaba priorizando a burocracia, e não o mais importante, que são as vítimas."

Em meio às negociações diplomáticas, um ativista originário de Darfur, Gibreil Hamid, buscou redirecionar o foco para o que interessa: "Nós, as vítimas de Darfur, tínhamos muita esperança de que este novo Conselho de Direitos Humanos nos desse uma voz e fizesse uma diferença", disse Hamid. "Entretanto o genocídio continua, e parece que tudo o que este conselho faz é pedir mais relatórios."

Texto Anterior: [Bomba: Ameaça esvazia embaixada do Brasil](#)

Próximo Texto: [Europa firma em Lisboa o tratado que termina crise](#)

[Índice](#)